

## Rede Globo e militarismo



Por **ROBERTO BUENO\***

*São as organizações Globo que compõe o grupo de líderes da manipulação da opinião pública para amoldá-la à política econômica*

As forças políticas antidemocráticas que coordenam os rumos imediatos do Brasil não são desprezíveis quanto a sua capacidade de manipulação do cenário político e cultural presente pavimentando o caminho conducente a horizonte desvinculado dos interesses populares. Para bem enfrentar é preciso reconhecer a intensidade da força do inimigo, hoje bem ancorada no grande poderio econômico-financeiro do grande capital transnacional. Menosprezar a profundidade do enraizamento que une o poder operativo às forças que o ancoram é mal compreender e inviabilizar eficaz reação a este grupo, e não menos relevante é avaliar adequadamente que as suas divergências internas não ultrapassam a superfície sociopolítica, pois umbilicalmente permanecem unidas no essencial, vale dizer, as profundezas da superestrutura econômica. Esta é a dimensão que une as forças políticas condutoras do projeto antidemocrático e neofascista que se dissemina no Brasil através da grande estrutura de poder da mídia corporativa cuja mais expressiva encarnação se encontra nas organizações Globo.

O projeto de domínio do poder econômico-financeiro de trituração do povo e do Estado não poderia ser levado a termo sem costuras políticas e ideológicas internas e externas. A mídia televisiva nacional veio historicamente cumprindo este papel, para o que Jessé Souza (2017, p. 127) chama a atenção para a sua função “arregimentadora e instrumento de interesses privados que são expostos como se fossem públicos. A Rede Globo vicejou nesse contexto”. Segundo movimento desta função de costura política executada pela grande mídia corporativa pode ser observada já na orientação da elite colonial conforme percepção de Florestan Fernandes (2019, p. 83) ao anotar a sua função de “elo interno da dominação imperialista externa”. Esta é estratégia histórica que substitui o modelo colonial inglês reconhecido por Wood (2014, p. 73) que criava espaços de poder e cooptava atores locais para impedir a eclosão de potenciais competidores nas colônias aos produtos elaborados na metrópole.

Tal como é observável na realidade latino-americana, os grupos atuantes como articuladores do poder econômico da metrópole historicamente passaram a adquirir posições políticas de controle dotado de apoio internacional, mas o seu êxito depende da intervenção e mediação de canais de controle ideológico e cultural que influenciam a construção do campo político. A execução da função de consolidação dos interesses econômicos da elite nacional e seus associados estrangeiros encontra importante canal de expressão no apoio ideológico das corporações midiáticas que são cooptadas econômica e financeiramente para a execução do projeto. No Brasil é notável como ao longo de sua história as organizações Globo alinharam com as forças antidemocráticas variando quanto a intensidade exigida pelos dias. É importante analisar a postura do grupo midiático ocupa importante posição no tabuleiro posto que expressa os profundos interesses que se

encontram submergidos, embora absolutamente operantes em sua função de controle.

Na América Latina e, especialmente, no caso brasileiro o controle ideológico e cultural desconecta o povo de suas origens como também de seu horizonte, despreza a beleza e a honra de suas tradições para aliená-lo e adestrá-lo facilmente aos valores da oligarquia, articulando o redesenho do passado para amassar as gentes no presente e dominá-las por completo em seu futuro. Este cenário aparece aos olhos de Darcy Ribeiro (1972, p. 29) a partir do exercício do poder pela oligarquia sobre sociedade cuja “estreita camada dominante de origem europeia necessitava dos antigos corpos de doutrinação para justificar seu domínio e para compelir o povo indígena e mestiço, a resignação com a pobreza e o atraso”, reunindo assim elementos que unem desprezo pelo indivíduo nacional à aspiração de extrair riquezas ao sugar-lhe as forças à razão do extermínio da vida. Este grupo coincide com os indivíduos poderosos que atuam na faixa da interpretação de Jessé de Souza (2015, p. 107), para quem o que lhes importa “é garantir o saque ao orçamento, a rapina das riquezas nacionais como sócio menor do capital estrangeiro”.

Há pesada herança de sub-humanidade na sociedade brasileira derivada do flagelo da escravidão, período no qual alguns indivíduos não valiam como gente, mas enquanto valor de troca metálica relativamente a sua capacidade de produção de riquezas. Deriva dali o legado todavia presente no coração da elite nacional de que já gente criada para servir enquanto outros para delas se servir, a elite. Esta continua com os olhos voltados para o valor do alienígena, segue vigente o esforço pelo acultramento estrangeiro, hoje vinculado ao americanismo, como estratégia para desconectar os indivíduos de seu espaço territorial, de suas riquezas e do sentimento de pertencimento e identidade social e política, abrindo espaço e operando como âncora para a consolidação de ideologia estranha aos interesses do desenvolvimento nacional da gente mestiça, preta e dos povos originários, voltada a mascarar o real e os conteúdos impostos para que possa ser digerido coletivamente ao menor custo para o poder.

No caso brasileiro os melhores espaços para a realização de enraizamento cultural e ideológico estrangeiro foram historicamente ocupados e desempenhados pela linha editorial das organizações Globo, da dramaturgia aos noticiários passando pelas séries, raros documentários, programas de entrevistas e filmes. Este gigante midiático reverbera apenas o que interessa à cúspide dos poderosos nacionais e seus associados estrangeiros, e nunca quaisquer espectros de poder avessos ao capital. A corporação midiática é força ideológica levítica que desconhece limitações, senão de ordem econômica, para prestar apoio a qualquer grupo de poder, nem sequer aquelas que coonestem com a ditadura, que empreguem tortura, violência e adentrem no território da barbárie.

As organizações Globo têm longo histórico que exemplificam esta situação, e o pedido de desculpas da empresa por seu apoio à sanguinária ditadura militar brasileira foi apenas a comprovação. O curso do tempo imergiu a empresa novamente na trajetória do golpismo após anos de combate às políticas públicas concebidas e aplicadas por governos populares legitimamente eleitos e dotados de reconhecimento internacional. Sem pretensão de exaustividade consideramos aqui um dos recentes exemplos do papel da empresa neste movimento de concretização de regimes autoritários pode ser observado já no período pré-eleitoral de 2018, e para melhor análise do sentido político, ético, econômico em conexão com a mídia, o regime militar e a elite econômica é que propomos a conexão com 2018. Então a Rede Globo mantinha o programa Central das Eleições da GloboNews. Foi realizada série de entrevistas com os candidatos a vice-presidência, e no dia 07.09.2018 coube a vez ao Gen. Hamilton Mourão que, como de praxe vinha ocorrendo com todos os demais candidatos, era realizada pelos mais expressivos jornalistas políticos e econômicos da emissora.

Era de esperar que rendesse loas e honras públicas a Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe de órgão da repressão política (DOI-CODI) e condenado judicialmente por torturas e crimes conexos. A assistência pode testemunhar o poderoso e violento eco nos estúdios do silêncio oriundo da bancada de entrevistadores quando Mourão afirmou que os “Excessos foram cometidos. Heróis matam” (MOURÃO, 2018). Tão notável quanto odioso. A nenhum dos tarimbados entrevistadores lhes ocorreu perguntar se os heróis do candidato, além de torturar e matar, também possuíam outras “virtudes” em seu combate pela pátria e proteção da segurança nacional, tal como a prática de horrendos crimes de estupro e violências contra crianças. O silêncio do time de entrevistadores encarnou o das organizações Globo, pois quando ocorreu o momento, a jornalista Míriam Leitão foi acionada pelo ponto eletrônico para manifestar a posição de empresa quando, entrevistado o candidato Jair Bolsonaro, este fez referência à participação da empresa midiática global na ditadura militar. Quando Mourão elogiou a morte em rede nacional a empresa não acionou nenhum dos entrevistadores pelo ponto eletrônico para ler a posição de empresa, senão que calou, profundamente, e, assim, legitimou o discurso da morte que

hoje alguns de seus noticiários brandem retoricamente combater. Ao não empreender sistemático esforço para combater a cultura autoritária e ditatorial latente na sociedade brasileira as organizações Globo apenas reforçaram as bases para a sua futura eclosão, pois a sua latência era bem observada por Florestan Fernandes (1986, p. 30) como impositiva de ação reativa, pois “a ditadura tem de ser morta no corpo da sociedade civil, não na cabeça do Estado”. As práticas editoriais do conglomerado dos Marinho evidenciaram o descompromisso com o combate desta ameaça latente, postura evidenciada também durante a campanha eleitoral de 2018.

No correr da citada entrevista e das questões propostas por Leitão e seus colegas de bancada Merval Pereira, Heraldo Pereira e Cristiana Lôbo, o candidato Mourão descortinou horizonte absolutamente sombrio para o regime constitucional e a ordem democrática sem ter sido duramente contraditado como, por exemplo, os candidatos do campo progressista em questões alheias ao destino do país como o regime venezuelano além de outros temas fabricados pela imprensa para manchar a imagem do campo ideológico popular. Quando indagado sobre o fato de sua admissão de um autogolpe, à partida, respondeu a Merval que teria sido mal interpretado em palestra realizada em Brasília no mês de setembro de 2017, momento em que já sobressaía o argumento do art. 142, C.F./88. Como convinha ao então candidato à vice-presidência, começou por negar ter pregado golpe militar naquela fala em Brasília em 2017, mas já estava no limite da capacidade de tergiversar sobre as suas reais convicções e objetivos. Eis que Mourão não sofreu com os usuais ataques reservados aos opositores de regimes autoritários nem mesmo quando finalmente concedeu que “em hipótese de anarquia, pode haver ‘autogolpe’ do Presidente com apoio das Forças Armadas” (MOURÃO, 2018), colocando-se ele e às próprias Forças Armadas em situação de singular oposição à Constituição que deveriam jurar cumprir e fazer cumprir, fato de extraordinária relevância política ao qual as organizações Globo não deram a devida sequência em seus meios de informação com a extensão que o fato requeria.

Durante a entrevista à GloboNews o candidato Mourão afirmou sucessivas vezes nas entrelinhas que o Presidente da República, o Comandante em Chefe das Forças Armadas, deveria decidir quando estaria configurada situação descritível como de “anarquia” a ponto de justificar o acionamento das Forças Armadas para pôr termo a tal situação, deixando entreabertas as portas para ato golpista. Jessé Souza (2017, p. 143) chama a atenção para a necessidade de que aos golpes sejam conferida aparência de legalidade, e para tanto as “Forças Armadas desempenharam esse papel interpretando a seu modo dispositivos constitucionais”, algo que se repetiu neste contexto histórico quando o setor militar e seus aliados defenderam a tese de que algum(inexistente) poder moderador teria sido supostamente conferido às Forças Armadas pelo art. 142 da Constituição federal.

No curso da citada entrevista à GloboNews o Gen. Mourão sugeriu a pergunta sobre se isto seria um autogolpe, que logo foi reforçada por Merval, ao que o próprio militar respondeu afirmativamente: “É um autogolpe, você pode dizer isso” (MOURÃO, 2018). O candidato respondeu que tal cenário poderia ocorrer como “hipótese”, mas se então a situação era “hipotética”, nos dias que correm a situação do país foi trabalhada para se aproximar perigosamente daquela descrita por Mourão sobre as condições que justificariam a aplicação do uso da força para além dos dispositivos constitucionais. Esta interpretação não seria possível sem acatar a força subjacente que move as Forças Armadas, passíveis de operar autonomamente acima da vida político-partidária, algo admitido por Alain Rouquié (1984, p. 89), pois assim “já se dá um grande passo para que ele adquira os meios necessários para gerar sua própria intervenção política”, quadro que apresenta a presente situação de tutela militar sobre a qual vive o Brasil, situação que reflete em grande medida a triste atualidade da análise de Florestan Fernandes (1986, p. 30) de que “Não houve tempo de expurgar um e outros dos vícios e deformações instituídos pelo regime ditatorial”.

As contradições do entrevistado cresceram quando o Gen. Mourão afirmava que existiam quatro objetivos nacionais permanentes e que, nesta condição, deveriam ser sempre preservados: (a) integridade do território, (b) integridade do patrimônio, (c) democracia e (d) paz social. Indubitavelmente o Governo a que pertence Mourão fracassa em todos estes objetivos nacionais. Pontualmente: (a) o Brasil está entregando a base de Alcântara, no Estado do Maranhão, perdendo a possibilidade de exercer o controle sobre todos os movimentos ocorridos naquele espaço do território nacional e, portanto, comprometendo a integridade de seu território; (b) o Brasil vem cada vez mais intensamente perdendo amplas e importantes capas do patrimônio nacional, e prova superior disto foi a entrega do petróleo. O patrimônio tampouco vem sendo protegido, senão o contrário, é atacado à luz do dia; (c) enquanto que outro dos objetivos nacionais, o de realizar a democracia é tomado como objetivo de ataque juntamente com a Constituição, a exemplo das manifestações proponentes de golpe de Estado. Neste sentido os atentados foram tão abertos que mesmo algumas das vozes das organizações Globo

reconheceram: “O presidente conspirou contra a democracia. Nos gabinetes fechados à luz do dia. Estimulou aglomerações de manifestantes contra os poderes da República e alimentou milícias virtuais com ataques às instituições” (LEITÃO, 2020, p. 16). Quanto ao objetivo da(d) paz social, de fato, é tudo quanto o atual regime militar não manifestou preocupação e nem sequer estimula os seus agentes de Estado a manter ou instaurar, e os maiores exemplos são as sucessivas ações policiais mortíferas assim como a facilitação extrema da venda de armas e munições.

O Gen. Mourão então reputava que a democracia era afirmada como o bem maior do Brasil, mas que poderia ser sacrificado sempre e quando estivesse em causa e sob pressão da situação de anarquia. Explicitamente, sob a situação de anarquia o Gen. Mourão aponta ser legítima a intervenção militar suspendendo a democracia, e o mais grave problema é que o horizonte proposto por militares, que expressa a sua própria natureza e formação, é a “utilização da violência legítima” (ROUQUIÊ, 1984, p. 92). Não houve qualquer recato por parte do militar, mas as organizações Globo não deram sequência e nem pautaram o tema durante a semana para esclarecer qual era a gravidade do potencial autoritário e, mesmo, golpista do eventual novo Governo da chapa Bolsonaro-Mourão. Com os olhos postos nas promessas de Paulo “Ipiranga-mercado financeiro” Guedes articuladas com os interesses empresariais-financeiras a família Marinho tomou a sua decisão, e aqui a encruzilhada caracterizadora do laço histórico da união entre o poder militar e o capital ao qual serve como recurso armado de proteção quer contra o inimigo interno quer contra algum inimigo externo (cf. FERNANDES, 2019, p. 79), sejam eles reais ou fictícios, que neste caso são utilizados como miragens legitimadoras para ações de força e a implementação de Estados de exceção. É força reconhecer com Wood (2014, p. 30) que “A apropriação capitalista ainda exige o apoio da coerção extraeconômica, e o controle da operação de um Estado ainda é necessário para oferecer a ordem administrativa e a força coerciva da que o capital necessita mas não tem”, e sendo assim, o aparato militar é, no caso brasileiro, este recurso de força disponível para garantir a manutenção e, se for o caso, ampliação da escala de benefícios, apropriação e concentração de riquezas.

Na entrevista não restaram dúvidas quanto a posição do Gen. Mourão sobre quando há anarquia, a saber, o risco ao roteiro básico dos interesses dos detentores do controle das palancas da casa de máquinas do capitalismo e sua função de reprodução, e em nenhum caso e sob qualquer condição, o interesse da população em proteger a sua vida. Pontualmente, quando apresentado o questionamento ao Gen. Mourão quanto a sua descrição de anarquia, para ele se trata de fenômeno caracterizável da seguinte forma: “Quando você vê que o país está indo para uma anomia, na anarquia generalizada, que não há mais respeito pela autoridade, grupos armados andando pela rua...” (MOURÃO, 2018). Em momento algum reconhecendo que o próprio capitalismo de matriz imperialista que é adotado contra os interesses soberanos da nação é sistema anárquico na medida em que “as ‘leis’ do mercado ameaçam constantemente romper a ordem social” (WOOD, 2014, p. 25), eis que o Gen. Mourão está inserido em Governo cuja opção política de radicalizar toda sorte de comércio estimula a venda de armamento.

O então candidato militar não teria como responder hoje à pergunta sobre quais são as providências concretas de seu Governo para evitar a circunstância concretizadora do conceito de anarquia descrito por ele na entrevista à GloboNews, a saber, “grupos armados andando pela rua”. A resposta é direta: o Governo de que participa o Gen. Mourão facilita ao extremo a venda de armamento e munição, ao tempo que dificulta o controle das compras, os quais, inclusive, tiveram a sua autorização para venda por pessoa aumentada enormemente. Hoje Leitão publica texto denunciando que o Governo “Quer armar a população, aumentar o acesso a instrumentos de morte, tirou exclusividade das Forças Armadas em determinados armamentos mais poderosos. Eliminou legislação que permitia o rastreamento. Armas, armas à mão cheia. Esse é o lema do homem que governa o Brasil” (LEITÃO, 2020, p. 16). Acaso este não era o lema do então candidato que anunciava o seu propósito de promover a mais completa liberação da compra e posse de armas? Acaso as organizações Globo não conheciam os íntimos contatos da família com a milícia carioca? Não conheciam o seu apreço pelo uso das armas e da violência como suposto remédio para conter a violência urbana? Pode arrepender-se validamente aquele que escreve a crônica da morte anunciada? Qual a responsabilidade de quem alimenta o diabo faminto até que esteja demasiado forte a ponto de já não poder ser contido pelo tratador?

É preciso compreender, portanto, que o modelo de golpe que foi iniciado com a derrubada ilegal da Presidente Dilma Rousseff teve sequência com a manipulação eleitoral ocorrida em 2018 e agora terá a sua terceira grande etapa, a saber, o absoluto controle do Estado através do admitido “autogolpe”, sendo parte disto a realização de sucessivos expurgos de servidores não alinhados com a doutrina do regime, e a recente notícia do dossiê de nomes de servidores públicos, especialmente policiais e professores, classificados como antifascistas, é esta a indelével prova do rumo que o regime já

tomou e que agora segue já a passos acelerados para concretizar, ou seja, definitivamente fechando-o. Este foi o coroamento das instabilidades radicais dos meses de abril e maio de 2020 em que vários ensaios de golpe de Estado foram realizados por Bolsonaro e seus apoiadores, e que chegou o cruel momento da contabilização das 100 mil mortes, Míriam Leitão reprovou o Presidente o fato de que “Por semanas seguidas, o país teve que lutar pela vida e pela democracia. O nome disso também é crime. Crime de responsabilidade. Deveria ser punido com seu afastamento da Presidência. Ele não merece a cadeia que ocupa” (LEITÃO, 2020, p. 16). Notável como Leitão despreza o fato de que durante anos, e não semanas, as organizações Globo, e ela própria, operaram com dedicação singular, para deslegitimar e derrubar o Governo do Partido dos Trabalhadores escolhido pelas urnas através do recurso a meios vis, empregando burda manipulação e desconstrução da imagem dos líderes populares.

As condições estão dadas e publicamente colocadas ao dispor do acesso até mesmo aos medianamente atentos ao cenário político. Já transitamos de sistema econômico organizado sob patamar de democracia formal de média/baixa voltagem operada sob ditames constitucionais para novo território, o da implementação de projeto de poder que une fascismo e plutocracia operantes em favor de modelo de Estado de tipo recolonizado cujo absoluto e irrestrito controle cabe aos Estados Unidos da América (EUA). Estes são referenciais críticos cujo desprezo torna estereis quaisquer análises, permitindo questionamentos sobre a sinceridade com que são escritas, e neste sentido é que apresentamos a impertinência do texto de Leitão. O que as organizações Globo compartilham é o destino do Brasil como democracia meramente abstrata e formal, opondo-se ferrenhamente a transposição desta fronteira para concretizar a democracia em sentido substancial e popular.

Quando encaminhamos alcançar a metade do mandato presidencial todas as piores expectativas foram superadas, é certo, mas mesmo a melhor delas já era suficientemente arrepiante para que sob nenhum pretexto instituições comprometidas com a democracia e o Estado constitucional pudessem permitir-se a leveza de prestar apoio ao personagem e/ou ocultar a sua longa folha de desvios de toda ordem, incluindo a sua exclusão do Exército sob desonra. Neste dia 11.08.2020 a experiente jornalista conclui em artigo intitulado “No centro da crise que devasta o país”: “Foram muitos os erros que ele [Bolsonaro] cometeu nestes meses do nosso desterro. Vivemos um exílio diferente, porque estamos apartados das virtudes que admiramos no país”(LEITÃO, 2020, p. 16). Após tudo ao que o Brasil e sua gente foram expostos a conclusão de Leitão é que foram “erros”, e “muitos”, os cometidos pela administração Bolsonaro. Erros? Realmente, quem, quem pode sustentar que vivemos sob um regime que comete “erros”? Suporemos que aqueles que sustentam dúvidas de que a terra não seja redonda estão a praticar “erros”? Está Leitão a sugerir que o dossiê contendo nominata de antifascistas é “erro”? Dirá a jornalista que vetar a entrega de água e medicamentos para os povos indígenas é “erro”? Admitirá que a perseguição de governadores que se empregaram com a máxima rapidez em comprar respiradores é “erro”? Poderá admitir que manter o Ministério da Saúde sem um titular durante uma pandemia é um “erro”? Não hesita sequer um segundo em relegar ao segundo plano e classificar como “erro” a absoluta desidratação do ensino público?

É importante notar a posição ocupada pela jornalista nas organizações Globo para compreender o real significado de sua afirmação de que o Presidente da República está “No centro da crise que devasta o país” (LEITÃO, 2020, p. 16), detendo-se no caráter pessoal de Bolsonaro, especificando em sua “incapacidade de sentir a dor do outro e de viver o elo que liga uma pessoa ao seu próximo. Essa é a característica mais marcante da personalidade do homem que governa o Brasil” (LEITÃO, 2020, p. 16). A vertical incisividade da crítica oriunda da pluma da experimentada jornalista, decorrido muito tempo do processo eleitoral de 2018, leva a questionar sobre a sinceridade profissional da linha editorial da empresa e de seus jornalistas tanto no presente como naquele momento eleitoral em que já era bastante claro o histórico do então candidato.

Este cenário de conhecimento da personalidade tanto quanto do histórico do então candidato não permitem surpresa com o perfil e o exercício do poder por parte do eleito. Quando Leitão apresenta queixa de que o Presidente da República é marcado pela “falta de sentimentos humanitários”, o que ensejou a sua manifestação de frases como o “e daí?” assim como o “eu não sou coveiro” (LEITÃO, 2020, p. 16), a jornalista e a empresa que representa está apenas a deparar com a inexorável consequência da clara opção política da mídia corporativa global, cuja agenda é de manifesto interesse do poder político (cf. CHARAUDEAU, 2015, p. 257). O potentado global não reagiu negativamente às consequências da eleição do personagem, inversamente, omitiu informações aos eleitores sobre os mil elogios do candidato a torturadores e ao regime ditatorial sanguinário imposto pelos militares à revelia da Constituição em 1964 assim como seus planos de explosão de quartel inteiro e promessas de fechamento do Congresso Nacional e, como se fosse pouco, alinhava lamento pelo fato do regime militar não ter assassinado, ao menos, 30 mil brasileiros(as). Hoje seu Governo já consentiu, indiferente, segundo

os inconfiáveis dados oficiais, à morte de mais de cem mil pessoas. Alguma palavra da Rede Globo sobre esta famosa entrevista? Nem a corporação nem sequer Leitão propôs a questão para esclarecer o eleitorado quando teve oportunidade de interpelar os candidatos durante as entrevistas na GloboNews. A quem historicamente faltou sentimento humanitário enquanto corpos eram triturados e torturados de múltiplas formas e hoje seguem sofrendo vilipêndios através da aplicação das violências derivadas das políticas fásccio-pós-neoliberais financeiras e os aparatos de segurança?

Os coveiros continuam trabalhando incessantemente hoje sob o regime que as organizações Globo e a pena de Míriam Leitão apoiaram, cujo lamento pelos turnos de trabalho dobrado sob tão difíceis circunstâncias não são críveis, máxime, demasiado tardios. O lamento pelas condições de trabalho incessante é especialmente impossível de conceder mínimo crédito, pois a raiz deste mal é menos Bolsonaro do que Paulo “Ipiranga-mercado financeiro” Guedes e a sua ancoragem nas Forças Armadas associadas umbilicalmente aos EUA, conjunto que encarna os interesses disseminados pelas organizações Globo. Leitão lamenta o risco imposto aos coveiros ao trabalhar em cerimônias graves, espaço onde o luto nem sequer é cerimonioso, mas apoiou decididamente todos os movimentos pós-golpe para exterminar os direitos dos trabalhadores assim como a Previdência Social e todas as previsões constitucionais que dispuseram os mais elementares instrumentos promotores ainda mesmo das mais modestas versões de Estado de bem-estar.

Recorrendo à censura moral, Leitão surpreende ao sublinhar faltar grandeza ao Presidente da República para exercer como coveiro, posto que “Ele não teria a grandeza de ajudar alguém em momento terminal” (LEITÃO, 2020, p. 16). De imediato resta aberto o questionamento se as organizações Globo e a pluma de Leitão, acaso, teriam a grandeza de socorrer os vivos, apoiando efetivamente modelo de Estado que evitasse que outras dezenas de milhares de brasileiros(as) não tomassem rapidamente o caminho destes já falecidos. E os milhões que não perecem como as 104 mil trágicas vítimas do Governo militar cuja ascensão foi apoiada pelas organizações Globo, o que dizer do sofrimento absoluto destes sobreviventes, expostos à ameaça às suas vidas em face de política econômica derivada da imposição de Guedes-EUA-Forças Armadas sem qualquer alicerce político legítimo? Estes milhões não são enterrados, mas pelo seu sofrimento e dor nas ruas e falta de assistência médica a Rede Globo não chora, senão o contrário, mobilizando vozes como Leitão, continua a trabalhar pela manutenção da política econômica que multiplicará os cadáveres pelos quais a sua pluma alega lacrimar e, paralelamente, radicaliza a dor dos sobreviventes. Esta é a direta consequência do compromisso inalienável do conglomerado com o capitalismo, insuscetível de matizações, pois ele é “movido exclusivamente por imperativos econômicos”. (WOOD, 2014, p. 75).

As organizações Globo não deploram que o Congresso Nacional se encontre virtualmente fechado nestes dias contando com tão somente duas vozes ativas, a dos presidentes das duas casas, controlando absolutamente todos os encaminhamentos e processos legislativos, ao passo que tampouco noticia ou critica o fato da tutela militar no Supremo Tribunal Federal (STF), sob cujo teto perambula o Gen. Ajax Porto Pinheiro, lotado na Presidência do STF. As organizações Globo não pautam grave contexto político nacional em que a posição dos militares conceitualmente pouco difere da descrição de Alain Rouquié (1984, p. 87-88) sobre o seu caráter burguês, que “serve de milícia eleitoral quando chega o momento necessário, é um elemento importante na formação do sistema político brasileiro; pois trata-se de um espaço de troca de serviços entre o Estado e o poder privado”. O conglomerado midiático não o faz por ser associado a compreensão das Forças Armadas como “espaço” de trocas, que deve ainda ser complementado com a sua condição de amálgama e garante de que as estruturas de Estado serão devidamente operadas.

As Forças Armadas garantir o cumprimento dos interesses do poder privado por parte dos operadores do Estado, de sorte que continuem adaptando as inevitáveis alterações sociais para que não interrompam a entrega dos resultados prometidos ao poder privado, dentre os quais se encontra a própria família Marinho. As Forças Armadas exercem papel histórico no Brasil para garantir militarmente os interesses do grande capital de quaisquer moderados desvios da rota ideológica que aplicam a cada momento histórico, como importante deslocamento de recursos do orçamento para rubrica de interesse popular. Esta operação do Estado para objetivos alheios aos seus fins precípuos e constitucionalmente desenhados não pode ser realizada sem a instrumentalização da grande mídia corporativa, especialmente no caso brasileiro, espaço em que as organizações Globo historicamente ocuparam papel central.

É preciso compreender que as organizações Globo estão figadal e indissociavelmente ligadas ao que de desumano, antidemocrático, antisoberano e demofóbico existe no Brasil, associadas aos ideais antidesenvolvimentistas, malgrado a empresa acuse o Estado brasileiro de “caráter perverso”, de constituir uma “máquina de gerar desigualdades que prevê

serviços precários a quem mais precisa” (Editorial, 2020), cuja lenta construção nacionalista e soberana começa com Getúlio Vargas. Theotonio dos Santos (1977, p. 17) assinala que o capitalismo desempenhou papel similar ao do feudalismo, mas, devido a intensidade de seu caráter explorador, trata-se de sistema que exerceu o poder de maneira ainda mais “violenta e selvagem”. A perversidade do capitalismo percebido por Santos foi superada neste momento histórico pelo fâscio-pós-neoliberalismo financista que recebe o elogio e cobertura ideológica da grande mídia corporativa.

Esta violência é traduzida de forma notável pelas ações da família Marinho que insistentemente opera, sob quaisquer condições e circunstâncias, mesmo em tempos de genocídio, para destruir a ossatura do Estado brasileiro que serve aos mais pobres e miseráveis, que não conhecem mais do que freio e chicote sob o sistema que a elite classifica como democracia (formal), razão suficiente para Florestan Fernandes (1986, p. 58) afirmar que “Para eles, a democracia é o avesso ou o contrário do que existe”. A destruição dos recursos do Estado aprofunda as condições que comprometem qualquer ambição de realização da democracia. Este esforço é compatível com as raízes da ideologia econômica neoliberal hoje superada em sua associação com o neofascismo, que continua a tentar persuadir que o mercado é espaço de interação entre forças livres que determinarão resultado adequado e eficiente, desprezando por completo a imensa concentração de capitais e de poderes capazes de determinar os resultados.

Divergimos do elogio ao mercado como instância de livre concorrência de atores na formação de preços, optando pela interpretação de Foucault (2009, p. 282) destacando que o papel da mão invisível é desqualificar o soberano político sob o signo de uma variação do pensamento teológico de tipo natural (cf. FOUCAULT, 2009, p. 276) contra o qual, portanto, está interdita a crítica mesmo desde a potência da racionalidade, assim posta como se fosse questão de fé. As altíssimas forças econômicas sequer operam à luz e vista do mercado, determinando os resultados e seus vencedores no espaço das sombras. Esta não é uma falha do mercado, mas estratégia articulada para ludibriar a massa para que os controladores do poder maximizem as condições de extração de benefícios. Os acordos políticos democráticos realizados socialmente e elevados a esfera constitucional como recurso de interdição de avanços abusivos do poder tem sido alvo preferencial do clã dos Marinho, posto que preveem direitos e benefícios sociais que permitem a garantia das mínimas condições existenciais, incluída a Previdência Social, acesso à educação e saúde, contexto que ofensivo aos objetivos oligárquicos.

Sob o signo da hipocrisia, as organizações Globo firmam editorial atribuindo “caráter perverso” ao Estado brasileiro, desprezando olímpicamente a atuação política da empresa e suas repercussões econômicas. Apontar o dedo para o Estado e acusá-lo de “gerar desigualdades que prevê serviços precários a quem mais precisa” é argumento recheado de hipocrisia em escala supina, pois são as organizações Globo que compõe o grupo de líderes da manipulação da opinião pública para amoldá-la à política econômica. A empresa participa das estratégias para imposição de sistema tributário, rocha sob a qual é fincado o alicerce da pornográfica (e crescente) desigualdade social, assim como das regras que permitem a evasão fiscal que as organizações Globo tão bem e intimamente conhecem como ocultam do noticiário de suas mídias impressas e televisadas. Nada é por acaso.

A família Marinho critica o Estado brasileiro pela prestação de “serviços precários a quem mais precisa” (Editorial, 2020), apontando subliminarmente que à precarização do Estado a alternativa seria a privatização dos serviços hoje prestados por ele, como se a iniciativa privada tivesse condições e, sobretudo, interesse em servir a população carente. A posição de poder ocupada pelas elites locais em desfavor dos objetivos nacionais e de sua própria gente requer intervenções ideológico-mistificadoras. Neste sentido, no caso brasileiro há, pelo menos, dois problemas sobre os quais a família Marinho não pretende informar o grande público: (a) que os ultrarricos não pagam tributos; (b) que os beneficiários de lucros tampouco pagam tributação; (c) que a evasão fiscal é amplíssima; (d) que a retirada de direitos submergirá milhões na miséria; (e) que o programa de privatizações apoiado pelos Marinho retira do Estado as condições de financiamento para prestar mais e melhores serviços aos milhões de brasileiros(as) que carecem da prestação de serviços públicos. Neste sentido cabe questionar se a privatização da saúde permitiria acesso universal aos brasileiros(as)? Acaso a privatização dos recursos hídricos entusiasticamente apoiada pela família Marinho será capaz de entregar água aos mais necessitados? Obviamente, nada disto ocorrerá.

A incansável crítica das organizações Globo ao serviço público não inclui a acidez de suas atenções à ínfima fração de indivíduos realmente privilegiada, entre os quais a magistratura, membros do Ministério Público, setores específicos e muito determinados do Poder Legislativo e do Poder Executivo e os militares, que recentemente cresceram aos vastos privilégios conjunto de altos vencimentos. É realidade pontual para a qual a família Marinho não atenta, pois pertence ao

conjunto de beneficiários da intervenção e tutela militar no atual regime, mesmo que inaceitável o acúmulo de vencimentos de militares no exercício de funções na administração pública. A crítica aos “serviços precários” prestados pelo Estado brasileiro a sua população não inclui qualquer referência dos Marinho à entrega de R\$1,45 trilhão aos bancos, nenhuma análise sobre o impacto da gravíssima expropriação de tão notável volume de recursos remetendo à cultura extrativista originária. A família Marinho estabelece linha editorial orientada por sonoras críticas quando se trata de quantias na ordem da casa da dezena de milhões ou alguns bilhões aplicados em direto benefício da população, tais como aposentadorias, salários e benefícios sociais, entendidos como “gastos”, e não investimentos sociais, retorno dos recursos aqueles que são os seus verdadeiros donos. Enquanto a entrega de volumosa quantia de recursos aos bancos é estrondosamente silenciada os Marinho continuam a criticar o Estado pela precariedade de serviços prestados.

Outro dos veículos de mídia da família Marinho reverberava a informação de que o corte de R\$1,43 bilhão nas verbas destinadas às universidades e institutos federais tem potencial para impedir a retomada das aulas presenciais em 2021, enquanto o MEC anunciava que o corte poderia alcançar a cifra de R\$4,2 bilhões. Pautada por seu pacto econômico-financeiro, a mídia dos Marinho não apresentou séria crítica a estes cortes que, na prática, inviabilizarão o ensino nas universidades e institutos federais. A falta deste punhado de bilhões estrangula o ensino e, assim, o futuro do país, mas sob a lógica econômica da família Marinho nada importa além de tecer o véu ideológico que legitime que a população não perceba e não reaja a entrega da fabulosa quantia de R\$1,45 trilhão aos bancos sem condições nem contrapartida.

A declaração de Jadir José, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), é ilustrativa sobre o teor da realidade que os Marinho desprezam: “Não tem a menor chance de conseguirmos tocar as instituições. É uma situação grave, gravíssima” (Reitores dizem..., 2020). Vizinha da sede das organizações Globo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), segundo informa Eduardo Raupp, pró-reitor da universidade, “teria uma redução de R\$ 70 milhões, em termos nominais, sem a correção da inflação. Nosso orçamento que, antes, só cobria 10 meses por ano, não chegará nem à metade”. (Reitores dizem..., 2020). Portanto, para a mídia corporativa brasileira não há qualquer problema em entregar 1,45 trilhão à banca e inviabilizar o ensino superior brasileiro. É preciso argumentar mais para expor que não se trata de imprensa senão de mero conglomerado de produção ideológica orientada pelo grande capital?

Para a família Marinho não há sequer que mencionar a quem beneficia e para onde estão indo as riquezas do país há séculos, senão apenas focam insistentemente a suposta falta de recursos. Manipulam a história latino-americana marcada pela expropriação de riquezas em favor da elite local e seus associados transnacionais e absoluto prejuízo da população. As restrições orçamentárias são típicas manifestações das estratégias de estrangulamento do investimento das riquezas nacionais em benefício popular. Exemplo disto, o MEC soltou nota com teor impositivo de restrições orçamentárias para o ano de 2021, cujo impacto praticamente inviabiliza o ensino federal, e em resposta muda ao tema os Marinho seguem sua incessante toada pelas privatizações, omitindo-se perante a exigência de “esforço adicional na otimização dos recursos públicos”, malgrado a entrega de dezenas de bilhões para o setor financeiro assim como para segmentos econômicos extremamente privilegiados. Não é lamentável ou injusta a posição dos Marinho, mas desonesta relativamente ao povo de cujo trabalho aproveitaram para construir fortuna na casa de quase duas dezenas de bilhões de reais. Exemplo da política editorial da empresa é a omissão relativamente à venda de plataformas petrolíferas no valor de imóvel urbano, inferior à dezena de milhões, e de estratégias refinarias e oleodutos, assim como, em escala menor, o descaso sobre o corte de R\$17 milhões que deveriam ser destinados para a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A família Marinho não tem outra preocupação real para orientar a política editorial de sua corporação além da proteção aos interesses econômico-financeiros.

O esforço corrosivo das estruturas do Estado são bastante presentes no conglomerado midiático dos Marinho, a exemplo de sua omissão quanto ao desejo de Paulo “Ipiranga-mercado financeiro” Guedes expresso em reunião ministerial de 22.04.2020 de “abraçar” os servidores públicos para colocar uma “granada no bolso” deles (sua progenitora foi servidora pública), ao passo que, meses após, a mídia global apresentaria seu lamento de que a redução salarial dos servidores públicos tenha sido de “apenas” 3%, embora silenciassem sobre a entrega de poços das reservas do pré-sal, de hidrelétricas, da privatizações de empresas lucrativas. É este o modelo ideológico econômico neoliberal cuja adoção inviabiliza o folgado financiamento do Estado brasileiro para que cumprisse eficientemente as suas finalidades, tanto recuperando os indivíduos da situação de pobreza e miséria como investindo em infraestrutura, saúde e ciência sem prejuízo do reconhecimento de seus servidores. Este não é o interesse da elite nacional encarnada na família Marinho, senão o de privatizar ao máximo as



empresas lucrativas e os serviços que toquem ao Estado prestar.

Dentre as joias da coroa avidamente perseguidas está a Previdência Social, cuja privatização é ambicionada por Paulo “Ipiranga-mercado financeiro” Guedes com quem as organizações Globo mantêm excelentes relações mesmo quando ostentam enfrentamento com a Presidência da República. Exemplo do alinhamento das organizações Globo é perceptível no editorial do jornal O Globo de 12.08.2020 em que desenha do país, minimizando o seu potencial ao classificá-lo como país “carente de capacidade de investimento” assim como de infraestrutura, energia, saneamento e transporte, mas também segurança, saúde e educação de qualidade. Todas estas funções foram alvo da família Marinho e seus sócios, operando reiteradamente para impedir que o Estado pudesse atender devidamente durante os governos populares do Partido dos Trabalhadores, através de sucessivas campanhas de deslegitimação das políticas públicas e do torpedeamento constante da política econômica que utiliza instrumentos de Estado como indutores do desenvolvimento econômico.

As organizações Globo encarnam o enfrentamento à morte das políticas de atendimento dos grandes interesses populares e de desenvolvimento nacional. O citado texto de Míriam Leitão (2020, p. 16) resume pensamento econômico que solapa as mínimas condições de vida da população, e aqui a encruzilhada em que definitivamente se irmana indissociavelmente com o neofascismo, do qual o bolsonaro-guedismo é apenas uma das versões contemporâneas. As faces com as quais o neofascismo pode se apresentar não desmentem o seu núcleo e essência, a saber, o propósito de destruir o povo para concentrar ainda mais a riqueza. Retomar antigas práticas para tanto não é problema, tal como a ocultação de cadáveres, como fez a ditadura militar brasileira. Igualmente, tal como tentaram realizar os nazi-fascistas, agora são reavivadas práticas pela estratégia bolsonarista de tergiversar sobre o número de mortos, aprisionar e violentar até mesmo os números e a estatística, tudo isto característico de governo que, admitiu Leitão, “Quis suprimir os números das mortes. São muitos os crimes. Sim, a palavra é esta: crime”. (LEITÃO, 2020, p. 16).

Tão incisiva e direta a afirmação da jornalista para admitir ser esta a classificação adequada de conduta da extrema-direita no poder como há muito não se observava quando a direita financeira antinacionalista esteve no poder. Tampouco foi possível observar tamanha honestidade quando corria solta a falsificação político-criminal tecida para envolver Lula, a saber, que não houve crime. Hoje do texto de Leitão transborda sinceridade para reconhecer crimes quando os cadáveres são contados às dezenas de milhares, mas não sem antes que a sua pluma apoiasse todas as condições para que fossem geradas as atuais consequências genocidas. Não é possível esquecer que não chegamos gratuitamente até aqui, senão que o país foi conduzido ao estágio de guerra em que vivemos pela imposição de golpe de Estado orientado a arrasar os mais modestos vestígios de sua soberania, até mesmo no plano simbólico, impondo ao títere executivo colonial deveres como o de prestar continência à bandeira americana e subordinar as suas Forças Armadas de forma explícita.

O texto de Leitão sempre esteve absolutamente alinhado com a organização empresarial-financeira para a qual presta os seus bons serviços. A opinião da família Marinho sobre o Estado brasileiro e o serviço público foi veiculada através do editorial de seu jornal O Globo neste dia 12.08.2020 (Editorial, 2020) e o seu teor permanece vinculado com o Instituto Millenium. Compatível com o momento de radical crise econômica que a empresa vive, a família Marinho segue articulando estratégias nos mais débeis momentos do país para aprofundar processos de apropriação das riquezas nacionais pela iniciativa privada, que encontra exemplo emblemático na “privatização” da fabulosa Vale do Rio Doce ainda durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, verdadeiro atentado contra o país que assistiu a entrega a preço vil, R\$3,3 bilhões, valor que era equiparável ao de seu faturamento anual à época, entregando ao consórcio liderado pela CSN empresa posicionada como a maior produtora de minério de ferro do mundo, e segunda de manganês, e também de outros muitos minérios de alta importância e valor estratégico e econômico. À época o Presidente Fernando Henrique chegou a observar em seu livro “Diários da Presidência: 1995-1996” o movimento das organizações Globo em editorial pedindo por maior dinamismo na privatização da Vale do Rio Doce, o que evidencia a histórica predileção em matéria política econômica que orientou a mídia dos Marinho.

O interesse em debilitar o Estado é articulado desde a década de 1990 pela ideologia econômica neoliberal derivada do Consenso de Washington para exportação aos países periféricos. É política econômica cuja essência é o modelo mínimo de Estado e, por conseguinte, a destruição de suas estruturas sociais onde quer que o neoliberalismo se depare com elas. A implementação das dez medidas do Consenso vem acompanhada de ataque incessante ao serviço público, entremeado com distorções e mentiras como as de que no serviço público não existem demissões (Editorial, 2020). Com 100 mil mortos à mesa, e sob alegação editorial da empresa de chorar esta imensidão de mortos, as organizações Globo não cedem e

continuam seu ataque contra a única instância ainda capaz de aliviar a dor e o sofrimento dos pobres e miseráveis, assim como projetar alguma chance de futuro através da educação pública, base para superação da pobreza crônica e para enfrentamento exitoso da reprodução da falta de oportunidades e qualificação profissional e emocional para a inserção social.

As organizações Globo interditam a positiva evolução dos investimentos nestas áreas sociais ao tempo que o seu conglomerado de informação não hesita em lamentar e denunciar as “falhas” do Estado em providenciar “bons serviços públicos”, e ao alimentar a corrosão do Estado, hipoteca as condições para a superação do massacre de massas humanas desperdadas. Sob estas escolhas, não é possível dar crédito a que as organizações Globo derramem lágrimas sinceras pela morte de dezenas de milhares de indivíduos ao mesmo tempo em que se adere e alimenta incondicionalmente a política econômica que aplica o projeto de extermínio. Nada interessa para as organizações Globo senão continuar a apoiar a potencialização dos interesses de seus sócios da área econômica e financeira que pressupõe a progressiva debilitação do Estado até o limite de sua destruição que habita a perigosa vizinhança da anarquia.

Acaso não existisse modelo de Estado mesmo que em tamanho modesto relativamente às necessidades de sua população, eis que a presente tragédia vivenciada pelo povo brasileiro seria muito superior e intensa. Paulo “Ipiranga-mercado financeiro” Guedes é um dos fundadores do malsinado Instituto Millenium que se dedica a destruição do Estado brasileiro, a minar os instrumentos hábeis para atender os interesses do povo brasileiro, opostos aos da elite nacional, posto que alocadores de recursos para esfera alheia ao seu controle. A elite nacional e seus sócios transnacionais avançam em todas as dimensões que o Estado brasileiro ainda preste serviços a população, assim abrindo caminho para sua deslegitimação perante a população, granjeando apoio ao processo de real entrega de empresas públicas e da privatização de serviços em geral, tais como educação e saúde. É compatível e ilustrativo deste propósito a decisão do Presidente da República de vetar a entrega de água potável, medicamentos e equipamentos aos povos indígenas, assim como dar suporte político a que os burocratas do Governo montassem “sistema que negava o auxílio a um bebê porque não tinha CPF, mas entregava o dinheiro a uma pessoa rica sem averiguar sua renda” (LEITÃO, 2020, p. 16). Este tom de (dubitável) indignação de Leitão contradita com assobradas referências no histórico das organizações Globo de ataques ao Serviço Único de Saúde (SUS) e todo o sistema público de saúde cuja privatização sempre apoiou insistentemente.

O alegadamente tão dolorido texto de Leitão, sensibilizado com vidas humanas, ainda encontrou espaço para lamentar as “mortes” de pessoas jurídicas: “As linhas para sustentar as empresas em colapso foram tão tardias que falharam” (LEITÃO, 2020, p. 16), mas não parece ter sido este mero acidente de percurso, senão desenho e boa execução do projeto. Mas qual a sensibilidade de Leitão e das organizações Globo com os pobres e miseráveis brasileiros ao apoiara redução extrema do papel do Estado e da prestação de serviços públicos, nomeadamente de suas melhores chances de preservar a vida (saúde) e de melhorar de vida (educação). Ambos são direitos constitucionais básicos contra os quais o conglomerado dos Marinho conspirou, aliado aos esforços do capital para destruí-lo desde os seus primeiros momentos em 1988. Sob a premência dos tempos, eis que recente editorial do *Jornal Nacional* veiculado no dia 08.08.2020, recorre com singular tom ácido aos termos do art.196 da C.F./1988 para cobrar diretamente da Presidência da República atuação para enfrentar a pandemia, diminuir o número de mortes e paliar o sofrimento coletivo. A Rede Globo dinamitou a Constituição brasileira desde priscas eras, e recentemente renovou seus votos golpistas no período preparatório e de execução da derrocada da Presidente Dilma Rousseff. A este propósito é preciso recordar uma e outra vez a lapidar advertência de Ulisses Guimarães, aliás, tantas vezes menosprezada: “Traidor da Constituição é traidor da Pátria”.

O deletério Instituto Millenium é ponto de apoio para disseminação dos interesses dos ultrarricos e das grandes transnacionais que o mantém em pé, alimentando ideologia que afronta os princípios constitucionais. Este coletivo não mantém conexão orgânica com o conjunto dos interesses nacionais nem tampouco com a sua organização jurídico-política sob a política consensuada. A ideologia da oligarquia falsificada pelos seus institutos e apresentada como ciência neutra está articulada inextricavelmente com o impulso dado pelos controladores da casa de máquinas limitadoras da economia real e do mundo das finanças desconectada de outras dimensões com as quais apenas a retórica serve como fictício elemento de ligação. Possíveis diferenças e discrepâncias internas destas forças convergem quanto ao ataque ao Estado, a todas as esferas do serviço público, sendo esta uma antiga pauta das organizações Globo, cujos interesses econômicos sempre se sobrepuseram a sua precípua operação como empresa de comunicação, prova disto o ataque à Previdência Social bem como o solapamento e a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Encarnação dos interesses alheios ao desenvolvimento nacional, Guedes-Bolsonaro e Forças Armadas-mídia corporativa querem entregar absolutamente todas

as riquezas nacionais, do petróleo às empresas públicas mais lucrativas passando pelas águas negadas aos povos indígenas e agora em vias de privatização em Brasília.

O ataque aos servidores públicos é estratégico para corroer o Estado brasileiro, movimento que reflete o sentimento de desprezo pelo povo nutrido pela elite nacional, orientada a privatizar os serviços públicos que as riquezas do país (que lhe pertencem) poderiam oferecer universalmente quando organizados para tal fim e a ordem tributária fosse organizada e aplicada levando a sério segundo o princípio da progressividade. A estratégia de apropriação também é composta por intensa perseguição de servidores públicos e da “depuração” do espaço interno da administração do Estado, realizada sob a mesma lógica aplicada no período da ascensão nacional-socialista. O conglomerado Globo não está preocupado nem dispensa qualquer atenção as consequências desta destruição do Estado, ao estreitamento das liberdades em passos incessantes, longos e contínuos, falsificando burdamente a tese da possibilidade de aliar liberdade econômica e autoritarismo (ou mesmo ditadura) político ao estilo da admissão feita por Friedman no contexto da ditadura de Pinochet no Chile, alvo de declarada admiração de Paulo Guedes. No que concerne ao estreitamento do regime há avanço imparável dos atores que perpetraram o golpe contra Dilma Rousseff, que orientam sua lógica de poder segundo a estratégia militar das “aproximações sucessivas”, aliás, anunciada pelo então candidato à vice-presidência, Gen. Mourão, em entrevista concedida à GloboNews. À pauta do conglomerado dos Marinho interessa pouco mais do que a implementação de política econômica que transcende as fronteiras até então conhecidas do neoliberalismo, manipulando pautas de ordem moral e de costumes para granjear apoiadores na sociedade civil.

A oligarquia transnacional tem direto interesse no esquitejamento do serviço público, sendo a mídia o instrumento para omitir, confundir e construir cenário ideológico a partir de informações e desinformações. No universo da reconfiguração do mundo real ocorre a operação da transformação da real fonte de gastos em parte essencial e intocável do orçamento público, a saber, a remuneração dos rentistas – silenciando sobre as vultosas somas pagas a título de juros da dívida externa –, enquanto noticiam como “gastos” o que é, em verdade, investimento, a alocação de recursos no verdadeiro dono da riqueza, o povo. Esta oposição irreconciliável de interesses é traduzida pela construção ideológica que desqualifica como irracionais as demandas de uma das partes, a majoritária e popular.

O mascaramento desta oposição é tarefa assumida pela mídia corporativa que se desconectou de sua função precípua no trato da notícia para articular, de cima para baixo, enquanto empresas capitalistas, o tratamento da informação enquanto instrumento potencializador de seus resultados econômicos e interesses financeiros. Cumprir esta função implica atender interesses associados, e ao operar a reconfiguração do campo da opinião pública a mídia corporativa interfere potentemente, por exemplo, na percepção social sobre o papel das fontes de financiamento dos serviços públicos, a saber, as mais lucrativas e estratégicas empresas públicas. O propósito é alavancar ao máximo a cultura apoiadora da destruição da estrutura do Estado brasileiro, entregando as riquezas aos grandes conglomerados financeiros transnacionais e as palancas do controle de empresas estratégicas a interlocutores diretos do império cuja lógica econômico-financeira impõe a expansão para além de suas tradicionais áreas de controle mas mesmo nestas, para além da intensidade de seu controle e domínio histórico.

A orientação da intervenção da grande mídia corporativa no Brasil também precisou manter articulação clara ou subterrânea com as Forças Armadas latino-americanas, reconfiguradas em meras guardas-nacionais (cf. ROUQUIÉ, 1984, p. 166), a reboque das definições geopolíticas do império. Este movimento foi historicamente apoiado pela linha editorial das organizações Globo, pautando a cobertura de assuntos internacionais da empresa pela mais estrita definição identificação com o império, exercendo função identificada por Theotonio dos Santos (1977, p. 12) de “ocultar o caráter de classe das relações internacionais [...] que se interessam em manter as formas históricas deformadas”, espesso véu que filtra o real e o imaginário, cuja função de ocultamento produz final resultado de neutralização parcial, mas não definitiva, das forças reativas e revolucionárias.

Neste sentido é absolutamente compatível com a política externa adotada pelo Presidente Bolsonaro, tanto quanto no plano interno quando emula a orientação imperialista, que agora pontualmente mereceu a crítica de Leitão na gestão da crise do Covid-19, menos no plano ideológico da submissão ao império do que em aspectos pessoais: “Foram muitas as demonstrações de falta de empatia e de compaixão nestes dolorosos meses. Não há mais o que esperar. Nem sem sentimentos, nem em capacidade de liderar o país no meio de uma tragédia. Ele falhou completamente”. A reconfiguração do colonialismo sob o signo da evidente perda da soberania não é objeto da crítica das organizações Globo, senão,

efetivamente, apontar que pessoalmente Bolsonaro teria falhado, quando em caso algum se trata de “falha”, como postula Leitão. Não se trata de falha ou equívoco, é puro método, é modelo, é projeto, o mesmo cuja dimensão econômica é absoluta e inequivocamente apoiada pelas organizações Globo, cuja fortuna, em sua constituição e desenvolvimento, desconhecem o que seja tributo.

Enquanto a barbárie corre sem limites na seara da política econômico, Míriam Leitão, que bem encarna o espírito das organizações Globo, diz lamentar tantas vidas perdidas em decorrência do projeto de poder que apoiaram para realizar a brutal apropriação de riquezas, concentrando-as ainda mais em um cenário nacional que já é pornograficamente o maior do planeta, comparável apenas ao das monarquias do petróleo. É dubitável o lamento sobre a tragédia nacional expressa pelas organizações Globo, observável na longa matéria recentemente veiculada no Jornal Nacional quando foi tomado como objeto de crítica à política governamental na data em que foram contadas cem mil mortes. Sob o mesmo teto corporativo Leitão (2020, p. 16) acusa o Presidente da República de que “manipulou sentimentos conflitantes em um tempo difícil para alimentar a mentira de que não era o responsável. [...] Isso custou muitas vidas”, mas tantas perdas não são conectadas com idêntica virulência às ocorrências nos EUA, ou seja, as críticas da jornalista e da empresa ao Presidente são pessoais, mas não sistêmicas, pois com este há plena convergência e acordo.

A crítica da jornalista sobre as manipulações do Presidente Bolsonaro está ancorada em manifesta capacidade profissional de reconhecer quem torce as notícias para manipular opiniões, que falsifica fatos para determinar escolhas políticas, em suma, alimenta mentiras para colher direto proveito político-eleitoral do ódio plantado. Isto aproveita economicamente tanto quanto, em paralelo, implica perdas de vidas, majoritariamente anônimas, povo que morre à mão cheia, mortes causadas diretamente pelas mãos da versão neofascista do monstro pós-neoliberal alimentado ideologicamente com zelo e cuidado pelas organizações Globo através da preservação de Paulo “Ipiranga-mercado financeiro” Guedes e dos gorilas que permanecem protegendo-o nem sempre com tanta discrição.

Neste restrito círculo de poder inexistente dor, misericórdia ou qualquer noção de solidariedade, apenas pavor, morte, estupro e as mais atrozes violências em cujo norte se localiza a potencialização sem limites dos interesses econômico-financeiros. O regime fâscio-pós-neoliberal financista fardado que conhecemos mostrou todo o seu compromisso com a engenharia da morte, e a sua descrição foi feita pela jornalista Leitão ao apontar que, na medida em que o Governo passava a mensagem de que era desnecessário que os indivíduos se protegessem, por outro lado, chegando o momento da necessidade, “O governo federal adiou o que pôde, com manobras regimentais, com deliberados atrasos burocráticos. Isso custou vidas humanas” (LEITÃO, 2020, p. 16). Vidas e mais vidas foram entregues ao azar e morte para maximizar os resultados econômicos do regime.

Aos regimes fascistas e suas versões contemporâneas tudo quanto lhes habita o núcleo duro é a indiferença pela vida humana, sendo a mente voltada à morte, superiores esforços direcionados para sua eficiente organização e potencialização, quer por ação, quer por omissão, tanto matando quanto deixando morrer. A morte é tudo quanto lhes habita as tortuosas mentes, e ao ler as linhas de Leitão perpassadas por suposto ar de compunção casado a reprimenda, recordo da palavra hipocrisia temperada pela potencialização da maldade. É reto o juízo de Leitão a cujo texto também se aplica o tom de sua crítica: “Toda vez em que concedeu a frase “lamento as mortes” soou falso, porque era falso” (LEITÃO, 2020, p. 16). As organizações Globo e seus sócios aprenderam perfeitamente o significado da conclusão de Amaral Gurgel (1975, p. 170) de que “A História sentencia ser mais fácil a democracia adoecer, do que restabelecê-la depois”, pois, em verdade, nunca lhes interessou que a democracia fosse estabelecida no Brasil em esferas próximas a sua afirmação material nem que as riquezas do país fossem destinadas ao bem-estar da população.

A história de sabotagem e sequestro da soberania nacional brasileira uniu os diversos setores oligárquicos, das armas à banca que instrumentalizam a imprensa para a criação do indispensável véu ideológico e cultural capaz de dar vazão ao que Florestan Fernandes (1986, p. 56) classificou ser o “sonho das classes possuidoras e dominantes consiste em passar essa mistificação do “regime democrático” por uma autêntica democracia “pluralista””. As modalidades e intensidades dos movimentos de domínio são as variações observáveis de núcleo duro de poder que permanece ao longo do tempo na história latino-americana e, notadamente, no Brasil. O penúltimo ato da expansão das ditaduras militares latino-americanas, na emersão daqueles dias de penumbra para a democracia, carregou em seu âmago o peso das mortes, da corrupção da farda, da destruição do Estado, do comprometimento dos serviços públicos, o comprometimento dos direitos dos trabalhadores, o altíssimo peso da dívida externa contraída, também arma de controle da soberania nacional que por

outros meios era também renunciada (ver GALEANO, 2019, p. 209).

A história testemunha que mais difícil do que alcançar a tipologia formal da democracia é ultrapassá-la e consolidar patamar de substancialidade democrática universal. A substituição da democracia formal sob controle oligárquico é qualitativo passo histórico político cuja expansão para o universo total da população é fenômeno desconhecido na América Latina. No Brasil a tarefa de recuperação e reconstrução do Estado e da democracia remetem à análise de Florestan Fernandes (1986, p. 33) sobre o alvorecer da Nova República, a saber, que “cabe-nos extinguir uma forma de barbárie que deveria ter desaparecido com a escravidão ou com a Primeira República. Esse é o busílis do raciocínio político que não se confunde com a “conciliação nacional”.

**\*Roberto Bueno** é professor de filosofia do direito na UFPR.

## Referências

AMARAL GURGEL, José Alfredo. *Segurança e democracia*. Uma reflexão política. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1975. 185p.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso nas mídias*. São Paulo: Contexto, 2015. 285 p.

Editorial. A urgência da reforma administrativa. *O Globo*. Editorial. 2ª edição. 12.08.2020. P. 2.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. 95 p.

\_\_\_\_\_. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 165 p.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento de la política*. Barcelona: Akal, 2009. 350 p.

GALEANO, Eduardo. *Patatas Arriba*. La escuela del mundo al revés. Tres Cantos: Siglo Veintiuno, 2009. 365 p.

General Mourão admite que, na hipótese de anarquia, pode haver ‘autogolpe’ do presidente com apoio das Forças Armadas. *Eleições 2018*. G1. 08.09.2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/08/general-mourao-admite-que-na-hipotese-de-anarquia-pode-haver-autogolpe-do-presidente-com-apoio-das-forcas-armadas.ghtml>>. Acesso em: 11.08.2020.

LEITÃO, Míriam. No centro da crise que devasta o país. *O Globo*. Economia. 11.08.2020. P. 16.

PEREIRA, Merval. Pensamento (a)crítico. *O Globo*. 2ª edição. 12.08.2020. P. 2.

RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 265 p.

Reitores dizem que corte previsto para educação brasileira em 2021 pode inviabilizar atividades em universidades federais. G1. Educação. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/12/reitores-dizem-que-corte-previsto-para-educacao-brasileira-em-2021-pode-inviabilizar-atividades-em-universidades-federais.ghtml>>. Acesso em: 12.08.2020.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984. 476 p.

SANTOS, Theotonio dos. *Imperialismo e corporações multinacionais*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. 111 p.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 239 p.

WOOD, Ellen Meiksins. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014. 151 p.